

Saud 5 NOV 1979

# O colapso virtual da assistência hospitalar

JORNAL DA TARDE

Numa das mais longas e caras propagandas institucionais pelo rádio e pela televisão custeadas com os recursos dos contribuintes, o Ministério da Previdência Social vem afirmando, há meses, que uma das grandes "realizações" do governo Sarney foi a recuperação da qualidade do serviço de atendimento médico-hospitalar prestado a todos os segurados do Inamps. Durante semanas a fio, num tom ufanista, a propaganda oficial mostrou hospitais bem equipados e modernos, médicos e enfermeiros solícitos e pacientes sorridentes, enquanto locutores, lendo textos grandiloquentes, concluíam dizendo que o setor de saúde estaria vivendo hoje um período de esplendor.

A realidade, contudo, é bem diferente. A rede hospitalar pública se encontra inteiramente degradada. Além de contar com unidades insuficientes, as poucas existentes, quando não estão paralisadas por greves selvagens deflagradas por funcionários empenhados em abocanhar novas fatias de um orçamento em colapso, não podem funcionar por falta de condições técnicas. Não há medicamentos, equipamentos, pessoal especializado nem mesmo médicos. Já a rede hospitalar privada conveniada com o Inamps, responsável pelo atendimento da maioria absoluta dos segurados, está próxima de uma situação falimentar: recebendo diárias ridículas, e ainda assim com três meses de atraso, sem o direito a correção monetária, os estabelecimentos particulares e as entidades mantidas por sociedades filantrópicas — como a Santa Casa de Misericórdia de São Paulo, a maior do país, com 700 leitos — foram obrigados a contrair dívidas bancárias, a cortar pessoal especializado, a demitir médicos e a atrasar o pagamento aos seus fornecedores, tentando assim evitar uma falência que cada vez mais parece inevitável.

Além de desperdiçarem recursos escassos para ocultar com uma propaganda mentirosa a realidade da opinião pública, os dirigentes do Ministério da Previdência Social vão minando as condições de sobrevivência de quase todas as sociedades filantrópicas do país. Ou seja: vão destruindo as Santas Casas — entidades que, historicamente, sempre foram as principais responsáveis pelo atendimento dos segmentos mais carentes da população brasileira, principalmente no interior do país. Sem receber o que têm direito por serviços já prestados ao governo, e submetidas a um tratamento indigno e aviltante por parte das autoridades brasileiros, muitas Santas Casas, para sobreviver, passaram a cobrar de seus pacientes — o que, como afirma o provedor Mário Altenfelder, da Santa Casa de São Paulo, é um contra-senso.

Atualmente essas instituições filantrópicas respondem por 62% do atendimento médico-hospitalar nas cidades de médio e grande porte e por quase 100% do atendimento nas pequenas cidades do interior. Todas elas, juntas, atendem 90% dos segurados do Inamps. Como a maioria já vem alienando parte de um patrimônio acumulado com muito sacrifício, para cobrir dívidas contraiadas por causa da imoral omissão do governo federal, isso significa que, se as Santas Casas realmente fecharem as suas portas por absoluta falta de alternativas para sobreviver, o setor de saúde estará condenado a um colapso de consequências inimagináveis. Nem mesmo os países afro-asiáticos, como têm afirmado insuspeitos especialistas da comunidade acadêmica e até do próprio governo federal, estão enfrentando no campo da saúde uma situação tão trágica quanto a nossa.

A tragédia do Estado brasileiro, portanto, que se expressa pelo seu estrondoso fracasso na prestação de serviços básicos em setores da vida social, enquanto é cada vez mais privilegiada a situação salarial do funcionalismo de algumas de suas empresas, tem como principais vítimas os segmentos mais carentes da população. A situação chegou a tal ponto que até o secretário da Saúde de São Paulo, que por ocasião do lançamento do Serviço Unificado e Descentralizado de Saúde (Suds) deu todo seu apoio à **nomenklatura** da Previdência Social, agora vem fazendo apelos ao governo federal para que reajuste imediatamente as diárias hospitalares estabelecidas pelo Inamps. Há duas semanas, ele esteve em Brasília chefiando uma enorme delegação de dirigentes de hospitais públicos e privados, mas o que ouviu foi somente promessas.

É por isso que, mais uma vez, os integrantes da Federação Brasileira de Hospitais decidiram, em princípio, suspender o atendimento a pacientes do Inamps por tempo indeterminado. Também é por isso que a Federação Nacional dos Estabelecimentos de Saúde está propondo novos locais aos seus filiados. É por isso, igualmente, que a Confederação das Misericórdias do Brasil sugeriu a todas as Santas Casas do país o descumprimento dos contratos "leoninos" impostos pelo Inamps, a redução progressiva de leitos hospitalares e a imposição de formas alternativas de cobrança dos pacientes por serviços prestados, com exceção somente para os casos de urgência e de pessoas sem condições econômicas de pagar o atendimento.

Estamos, portanto, diante de um caso de flagrante estelionato praticado pelo Estado: inflexível na cobrança dos encargos sociais dos segurados do Inamps, a União lhes nega o serviço médico-hospitalar a que têm direito; acintosa na imposição de contratos "leoninos" à rede hospitalar pública de nível estadual e municipal e à rede privada, a União também não lhes paga o que deve; e, como se não bastasse, ainda desperdiça recursos vultosos em propaganda mentirosa. O colapso do setor de saúde é, assim, um retrato fiel desse grande estelionatário em que se converteu o nosso Estado.